

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
DE
SANTA MARINHA

REGIMENTO

REGIMENTO DA ASSEMBLEIA

CAPÍTULO I MANDATOS E CONDIÇÕES DO SEU EXERCÍCIO

ARTIGO 1º (Natureza e âmbito do mandato)

A actividade dos membros da Assembleia de Freguesia visa o cumprimento da Constituição, a defesa dos interesses da Freguesia e a promoção do bem estar da população.

ARTIGO 2º (Duração)

O mandato dos membros da Assembleia inicia-se com a sessão destinada especialmente à verificação da legitimidade e identidade dos eleitos e cessa com a instalação da Assembleia subsequente, sem prejuízo de cessação por outras causas previstas na lei ou no presente regimento.

ARTIGO 3º (Eleição da Junta de Freguesia)

1. Na sessão de instalação da Assembleia proceder-se-á à eleição dos vogais da Junta de Freguesia.
2. A eleição far-se-á por lista, subscrita, no mínimo, por um terço dos membros da Assembleia.

ARTIGO 4º (Renúncia ao mandato)

A renúncia de qualquer membro ao mandato, constará de requerimento dirigido ao Presidente da Mesa da Assembleia, o qual providenciará imediatamente no sentido da respectiva substituição.

ARTIGO 5º (Perda do mandato)

1. A perda do mandato verifica-se, além dos casos previstos na lei, no caso de os membros não tomarem assento até à terceira sessão ou deixarem de comparecer a três sessões ou seis reuniões seguidas ou seis sessões ou doze reuniões alternadas sem justificação escrita apresentada ao Presidente da Mesa, no prazo de dez dias a contar do termo do facto, e por ele aceite.

1.1 Todas as justificações serão lidas nas sessões imediatamente seguintes àquela em que se verifica a falta.

ARTIGO 6º
(Suspensão do mandato)

1. A suspensão do mandato opera-se nos termos legalmente previstos, por um período não superior a 365 dias, e implica a substituição temporária.

2. Entre outros, são também motivos de suspensão do mandato, os seguintes:

2.1-Razões de ordem profissional;

2.2-Razões de carácter político.

3. A convocação do membro substituto, nos termos dos números anteriores, compete ao Presidente da Assembleia de Freguesia, e deverá ter lugar no período que medeia entre o requerimento da suspensão e a realização de nova reunião da Assembleia.

4. No início dos trabalhos da nova reunião, a Assembleia será informada sobre a decisão do Presidente da Assembleia.

ARTIGO 7º
(Dispensa de serviço)

Os membros da Assembleia estão dispensados de comparência aos respectivos empregos ou serviços se esta reunir em horário incompatível com o daqueles e sem prejuízo de quaisquer direitos ou regalias.

ARTIGO 8º
(Deveres dos membros da Assembleia)

Constituem deveres dos membros da Assembleia:

1. Comparecer às sessões da Assembleia e às comissões a que pertençam.

2. Desempenhar os cargos na Assembleia e as funções para que sejam eleitos ou designados.

3. Participar nos debates e votações.

4. Respeitar a dignidade da Assembleia e dos seus membros.

5. Observar a ordem e a disciplina fixadas neste Regimento.

6. Acatar a autoridade do Presidente da Assembleia.

7. Contribuir, pela sua diligência, para a eficácia e prestígio dos trabalhos da Assembleia.

8. Manter um contacto estreito com as populações, organizações populares de base e outras associações na área da Freguesia, legalmente constituídas.

9. Prestar contas da sua actividade à Assembleia de Freguesia, quando por esta designado para qualquer acção.

ARTIGO 9º
(Competência da Assembleia)

Compete aos membros da Assembleia, nos termos da Lei e deste Regimento:

1. Eleger e ser eleito para a Junta de Freguesia.

2. Eleger e ser eleito para a Mesa da Assembleia.

3. Elaborar e aprovar o Regimento.

4. Aprovar ou não, o plano de actividades e o orçamento, bem como as suas revisões, propostas pela Junta.

5. Aprovar ou não o relatório anual de actividades e a conta de gerência apresentados pela Junta.

6. Deliberar sobre a constituição de delegações, comissões ou grupos de trabalho, para estudo de problemas relacionados com o bem estar da população da freguesia, no âmbito das suas atribuições e sem interferência na actividade normal da Junta.

7. Solicitar e receber, através da mesa, informações sobre assuntos de interesse para a freguesia e sobre a execução de deliberações anteriores, o que poderá ser requerido em qualquer momento.

8. Aprovar posturas e regulamentos, sob proposta da Junta.

9. Ratificar a aceitação, por parte da Junta, da prática de actos da competência da Câmara Municipal, naquela delegados.

10. Pronunciar-se e deliberar sobre todos os assuntos de interesse para a Freguesia, por sua iniciativa ou por solicitação da Junta.

11. Requerer elementos, informações e publicações oficiais que considerem úteis ao exercício do seu mandato.

12. Exercer os demais poderes conferidos pela Lei.

CAPÍTULO II MESA DA ASSEMBLEIA

ARTIGO 10º (Composição da Mesa)

1. A Mesa, composta por um Presidente, um 1º Secretário e um 2º Secretário, será eleita pela Assembleia de entre os seus membros, por escrutínio secreto.

2. Os membros serão eleitos um a um, por maioria simples.

3. Se se verificar um empate relativamente a qualquer um dos membros proceder-se-á a um novo escrutínio.

4. Se se mantiver o empate, no caso do Presidente, será declarado Presidente o cidadão da lista mais votada para a Assembleia de Freguesia. No caso dos secretários, caberá ao Presidente da Mesa a designação de entre os membros que ficaram empatados.

ARTIGO 11º (Substituições)

1. O Presidente da Assembleia será substituído na suas faltas e impedimentos pelo 1º Secretário e este pelo 2º secretário.

2. Sempre que a Mesa não esteja completa, o Presidente em exercício chamará para coadjuvá-lo o(s) membro(s) que entender.

3. Na ausência de todos os membros da Mesa, a Assembleia, no início dos trabalhos, elegerá, por voto secreto, uma mesa “ad hoc” para presidir à sessão.

ARTIGO 12º
(Competência do Presidente)

Compete ao presidente da Assembleia de Freguesia:

1. Convocar as sessões ordinárias e extraordinárias;
2. Presidir às sessões, declarar a sua abertura, suspensão e encerramento;
3. Dirigir os trabalhos e manter a disciplina das reuniões;
4. Admitir ou rejeitar propostas, reclamações e requerimentos, verificada a sua regularidade regimental, sem prejuízo do direito de recurso para a Assembleia;
5. Pôr à discussão e votação as propostas e requerimentos admitidos;
6. Conceder a palavra e assegurar a ordem dos debates;
7. Dar conhecimento à Assembleia de todas as mensagens, informações e demais expediente recebido;
8. Dar seguimento a todas as iniciativas da Assembleia e assinar os documentos expedidos;
9. Representar a Assembleia;
10. Exercer os demais poderes que lhe sejam atribuídos por Lei, pelo Regimento ou pela Assembleia.

ARTIGO 13º
(Competência dos Secretários)

Compete aos Secretários:

1. Coadjuvar o Presidente no exercício das suas funções;
2. Conferir as presenças e registar as faltas dos membros da Assembleia;
3. Verificar o quorum;
4. Ordenar a matéria a submeter à votação;
5. Organizar as inscrições dos membros da Assembleia que pretenderem usar da palavra;
6. Servir de escrutinadores e registar os resultados das votações;
7. Lavrar e subscrever as respectivas actas, que serão também assinadas.
8. Assegurar o expediente.

ARTIGO 14º
(Competência da Mesa)

Compete à mesa:

1. Decidir sobre todas as questões de interpretação e integração do Regimento, bem como exercer quaisquer outras competências que lhe sejam conferidas por Lei ou pelo Regimento;
2. Aceitar recurso para o Plenário da Assembleia das suas deliberações.

CAPÍTULO III FUNCIONAMENTO DA ASSEMBLEIA

ARTIGO 15º (Local das reuniões)

A Assembleia reunirá no Salão da Sede da Junta, podendo reunir excepcionalmente noutro local, se a mesa o entender conveniente ou por solicitação da Assembleia.

ARTIGO 16º (Sessões ordinárias)

1. A Assembleia de freguesia terá, anualmente, 4 sessões ordinárias, em Abril, Junho, Setembro e Dezembro.
2. A primeira sessão (Abril) destina-se à aprovação do Relatório e Contas do ano anterior.
3. A quarta sessão (Dezembro) destina-se à aprovação do Plano de Actividades e do Orçamento para o ano seguinte.

ARTIGO 17º (Sessões extraordinárias)

A Assembleia de freguesia reunirá em sessões extraordinárias por iniciativa da Mesa ou quando requeridas:

1. Pelo Presidente da Junta, em execução de deliberação desta.
2. Por, pelo menos, 1/3 dos seus membros.
3. Por, pelo menos, 950 eleitores inscritos no recenseamento eleitoral da freguesia (50 vezes o número de elementos que compõem a Assembleia).
4. Por Partido, Coligação ou Grupo de Cidadãos representado na Assembleia.

ARTIGO 18º (Convocatória das reuniões)

1. Salvo marcação nas sessões anteriores, as sessões ordinárias e extraordinárias serão convocadas pelo Presidente da Assembleia com um mínimo de quinze dias de antecedência, através de carta dirigida a cada um dos seus membros e ao Presidente da Junta.

2. O Presidente da Mesa, no caso das sessões extraordinárias, procederá ao envio da convocatória no prazo de dez dias a contar da iniciativa da Mesa, ou da recepção do requerimento previsto no artigo 17º, 1 2 ou 3, devendo a sessão ter lugar entre quinze e vinte e um dias depois do respectivo envio da convocatória.

3. A convocatória, que deverá anunciar a ordem do dia, constará de edital a afixar à porta da Junta de Freguesia.

3.1 O Requerimento a que se refere o n.º 3 do Art.º 17º será acompanhado do nome legível dos requerentes, suas assinaturas e respectivos números de eleitor, sob pena de indeferimento.

4. O Relatório e Contas, bem como o Plano de Actividades e o Orçamento, devem ser entregues a cada um dos membros da Assembleia com uma

antecedência, pelo menos igual, à da convocatória para a sessão em que forem apreciados.

5. Quando na ordem dos trabalhos houver lugar à apreciação de quaisquer documentos, estes deverão ser entregues aos membros da Assembleia com uma antecedência, pelo menos igual, à indicada no número anterior.

6. As reuniões da Assembleia de Freguesia não poderão exceder a duração de dois dias ou de um dia, consoante se trate de sessão ordinária ou extraordinária, salvo quando a própria Assembleia deliberar o seu prolongamento até ao dobro das durações referidas.

7. As sessões não podem ser interrompidas, salvo por decisão do Presidente da Assembleia para os seguintes efeitos:

- a) Intervalos;
- b) Restabelecimento da ordem na sala;
- c) Falta de quórum, procedendo-se a nova contagem quando o Presidente assim o determinar;
- d) Continuação em nova data, após marcação da mesma, no caso de sessões que se prolonguem por mais de um dia

ARTIGO 19º

(Verificação das presenças)

1. Feita a chamada que deve ser iniciada até quinze minutos após a hora indicada na convocatória e verificada a inexistência de quórum, decorre um período máximo de trinta minutos para aquele se poder concretizar.

2. Findo este prazo, caso persista a inexistência de quórum o Presidente considera a reunião sem efeito e marca dia, hora e local para nova reunião, nos termos do artigo 18º.

3. A existência de quórum poderá ser verificada em qualquer momento da sessão, por iniciativa do Presidente ou de qualquer um dos seus membros.

3.1 Se no decorrer da sessão se verificar a falta de quórum por saída de membros da Assembleia, esta deixará de poder tomar deliberações, excepto as respeitantes à marcação de novas sessões.

ARTIGO 20º

(Representação e presença da Junta de Freguesia)

1. Os membros da Junta de Freguesia podem assistir às sessões da Assembleia de Freguesia e intervir nos debates, sem direito a voto.

2. A Junta de Freguesia far-se-á, obrigatoriamente, representar pelo seu Presidente ou qualquer dos seus substitutos.

ARTIGO 21º

(Direito de participação, sem voto)

1. Têm direito de participar, sem voto, nas sessões extraordinárias convocadas nos termos do número 3 do Artigo 17º, dois representantes dos requerentes.

2. Têm direito de participação em todas as sessões os representantes das associações populares de base devidamente legalizadas.

3. Por deliberação da Assembleia podem participar nas sessões representantes de outras associações com presença na área da freguesia, devidamente constituídas.

4. Os representantes mencionados nos números anteriores poderão formular sugestões ou propostas, as quais só serão votadas pela Assembleia se esta assim o deliberar.

ARTIGO 22º

(Período de antes da Ordem do Dia)

1. No início de cada reunião da Assembleia haverá um período de meia hora reservado à intervenção do público e destinada à prestação de esclarecimentos, para o que será concedida a palavra pelo Presidente da Mesa mediante prévia inscrição dos interessados.

2. Antes do início dos trabalhos inscritos na ordem do dia haverá um período, não superior a uma hora, destinada a tratar dos seguintes assuntos:

2.1 Leitura resumida dos expedientes e dos pedidos de informações ou de esclarecimento, e respectivas respostas, que tenham sido formuladas no intervalo das sessões da Assembleia;

2.2 Interpelações, mediante perguntas orais, à Junta sobre assuntos da respectiva administração, e respostas dos membros desta;

2.3 Apreciação, por qualquer membro, de assunto de interesse local;

2.4 Apresentação, discussão e votação de moções de protesto ou congratulação ou outras de idêntico conteúdo e objectivo.

3. Este período de antes da ordem do dia poderá ser prolongado por mais meia hora por deliberação da Assembleia, mediante requerimento subscrito por um número não inferior a um terço dos seus membros.

ARTIGO 23º

(Período da Ordem do Dia)

1. O período da ordem do dia será destinado exclusivamente à matéria constante da convocatória.

2. Excepcionalmente poderá ser autorizada a intervenção do público durante a discussão da ordem do dia se a Assembleia considerar importante ouvir os seus esclarecimentos para o assunto em causa.

ARTIGO 24º

(Direitos do uso da palavra)

1. A palavra será concedida pelo Presidente aos membros da Assembleia para:

1.1 Exercer o direito de defesa;

1.2 Participar de assuntos de interesse local;

1.3 Participar nos debates e apresentar propostas;

1.4 Invocar o Regimento ou ir à Mesa;

1.5 Fazer requerimentos;

1.6 Apresentar reclamações, recursos, protestos ou contra-protestos;

1.7 Pedir ou dar explicações ou esclarecimentos;

- 1.8 Formular declarações de voto;
- 1.9 Tudo mais contido na Lei ou no Regimento;
- 2. A palavra será concedida aos membros da Junta para:
 - 2.1 Apresentar o Plano de Actividades e o Orçamento para o ano seguinte;
 - 2.2 Apresentar o Relatório e Contas;
 - 2.3 Para qualquer dos casos referidos no número anterior, com excepção dos pontos 1.5 e 1.8.

ARTIGO 25º

(Regulamento do uso da palavra)

- 1. O uso da palavra para tratamento de assuntos de interesse local a conceder no período de antes da ordem do dia, não excederá dez minutos por cada membro que para tal se inscreva e por uma só vez.
- 2. O uso da palavra para reclamações, recursos ou protestos, limitar-se-á à indicação sucinta do seu objectivo e fundamento por tempo nunca superior a cinco minutos.
- 3. O uso da palavra para apresentação de propostas limitar-se-á à indicação sucinta do seu objectivo e não poderá exceder dez minutos. Exceptua-se a Junta para a apresentação do Plano de Actividades e Orçamento do Relatório e Contas, que não poderá, no entanto, exceder trinta minutos.
- 4. Para intervir na ordem do dia será concedida a palavra a cada membro, que para tal se inscreva, no máximo duas vezes sobre cada assunto por períodos não superiores a dez minutos da primeira vez e cinco da segunda.
- 5. O uso da palavra para exercer o direito de defesa não poderá exceder dez minutos.
- 6. Os membros da Mesa que quiserem usar da palavra deixarão as suas funções, só podendo reassumi-las no termo do debate e votação do assunto em causa.

ARTIGO 26º

(Uso da palavra para esclarecimentos)

- 1. A palavra para esclarecimentos limitar-se-á à formulação sintética da pergunta e da respectiva resposta sobre a matéria enunciada pelo orador que tiver acabado de intervir.
- 2. Os membros que queiram formular pedidos de esclarecimento devem inscrever-se logo que finda a intervenção que os suscitou sendo formulados e respondidos pela ordem de inscrição.
- 3. Por cada pedido de esclarecimento e respectiva resposta não poderá ser excedido o tempo de três minutos.

ARTIGO 27º

(Declarações de voto)

Não são admitidas declarações de voto orais. Estas devem ser escritas, lidas e remetidas à Mesa, que as mandará inserir na acta.

ARTIGO 28º

(Direito de não interrupção no uso da palavra)

No uso da palavra não serão admitidas interrupções, devendo o Presidente advertir, ou retirar a palavra ao orador, quando este se desviar do assunto em discussão ou quando o discurso se tornar ofensivo.

ARTIGO 29º

(Períodos não deliberativos)

Nos períodos de antes e de depois da ordem do dia não serão tomadas deliberações.

ARTIGO 30º

(Deliberações)

1. As deliberações são tomadas à pluralidade dos votos, estando presentes a maioria dos membros da Assembleia, não contando as abstenções para o apuramento da maioria.

2. O Presidente tem voto de qualidade em caso de empate.

3. Nenhum membro pode participar na discussão e votação de matérias que lhe digam directamente respeito ou a seus parentes ou afins em linha recta ou até ao segundo grau da linha colateral.

ARTIGO 31º

(Forma das votações)

1. Sempre que se realizem eleições ou estejam em causa juízos de valor sobre as pessoas, a votação terá que ser feita por escrutínio secreto.

2. Serão também feitas por escrutínio secreto, todas as votações que a Assembleia assim o decida.

3. Nos demais casos as votações realizar-se-ão por braço no ar.

4. Havendo propostas alternativas, de emenda ou de substituição, o Presidente da Mesa estabelecerá a ordem das respectivas votações.

5. As votações secretas far-se-ão por ordem alfabética dos membros da Assembleia, votando primeiro os elementos da Mesa.

ARTIGO 32º

(Publicidade das reuniões e elaboração das actas)

1. As sessões da Assembleia serão públicas, nos termos da Lei e do presente Regimento.

2. A nenhum cidadão é permitido, sob qualquer pretexto, intrometer-se nas discussões, aplaudir ou reprovar as opiniões emitidas, as votações feitas e as deliberações tomadas, ou perturbar a ordem, sob pena de incorrer nas sanções previstas na Lei, mediante participação do Presidente da Assembleia e sem prejuízo da faculdade atribuída a este de, em caso de quebra de disciplina ou de ordem, mandar sair do local da reunião o prevaricador, sob pena de desobediência nos termos da Lei Penal.

3. De tudo o que ocorrer nas sessões será lavrada acta, a qual será elaborada pelos Secretários, devendo ser subscrita e assinada por estes e pelo

Presidente da Mesa, para ser discutida e aprovada na sessão imediatamente seguinte.

3. 1 As actas são redigidas em síntese do que se vier a passar;

3.2 Quando um membro ou grupo, deseje ver transcrito na íntegra a sua intervenção, esta terá de ser entregue à Mesa por escrito;

3.3 Os documentos mencionados em 3.2 são obrigatoriamente numerados, rubricados pelo interessado e pela Mesa, devendo ser apensos à acta para constar.

4. A acta das sessões em que forem aprovados o Plano de Actividades e Orçamento e o Relatório e Contas deve ser aprovada em minuta no final da própria sessão e imediatamente subscrita pelos membros da Mesa.

ARTIGO 33º (Serviço de apoio)

A Assembleia de Freguesia terá um Serviço de Apoio para poder dar cumprimento integral da sua função, nomeadamente a elaboração das minutas das actas e publicação de Editais.

ARTIGO 34º (Alterações)

1. O presente Regimento poderá ser alterado pela Assembleia, por iniciativa de, pelo menos, um terço dos seus membros.

2. As alterações do Regimento devem ser aprovadas por maioria absoluta do número legal dos membros da Assembleia.

3. Este Regimento não poderá ser contrário a qualquer disposição legal.

CAPÍTULO IV REGIMENTO

ARTIGO 35º (Entrada em vigor)

1. O presente Regimento entra em vigor no dia seguinte ao dia da sua aprovação e constará da respectiva acta. Será publicitado por edital e fornecido a cada um dos membros da Assembleia e da Junta.

2. Em tudo o que for omissa aplicar-se-ão as normas legais aplicáveis.